



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

11.fevereiro.2020 – 15h30

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação das atas

- Reuniões de 03, 14 e 17 de janeiro de 2020

3. Comunicações do Presidente

3.1. Conferência sobre a presença de amianto no parque escolar

3.2. Pedido de audiência da FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis

3.3. Pedido de audiência da APROFGEO– Associação de Professores de Geografia

3.4. Pedido de audiência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

3.5. Definição das grelhas provisórias das audições regimentais (para além da 1.ª), a incluir no Regulamento da Comissão

3.6. Falta de regulamentação do artigo 63.º do Estatuto da Carreira Docente

3.7. [Petição n.º 640/XIII/4.ª](#), solicitam a abertura de 2 turmas do 5.º ano e 2 turmas do 7.º ano de escolaridade financiadas com contrato de associação, para o ano letivo de 2019/2020, para a [Escola Evaristo Noqueira](#), em Seia

3.8. Baixa de iniciativas

3.8.1. [Projeto de Lei n.º 177/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, tornando mais eficaz o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a pessoas com deficiência e garantindo o acesso mais rápido a estes produtos

3.8.2. [Projeto de Resolução n.º 189/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que formalize a constituição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do sistema SAPA, garantindo a efetiva simplificação e desburocratização do processo de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência

3.8.3. [Projeto de Lei n.º 190/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º. 75/2008, de 22 de abril, “Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”

3.8.4. [Projeto de Lei n.º 192/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

- 3.8.5. [Projeto de Resolução n.º 206/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que 9 avalie e pondere a readoção de um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos públicos dos Ensinos Básico e Secundário.
- 3.8.6. [Projeto de Resolução n.º 207/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Pela criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce.
- 3.8.7. [Projeto de Resolução n.º 209/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Pela criação de um regime de vinculação e integração na carreira dos docentes da área do teatro e criação do respetivo grupo de recrutamento.
- 3.9. Reunião da Rede Global Parlamentar OCDE e NATO – Paris, 24-26 de fevereiro de 2020
- 3.10. Propostas da Coordenadora do Programa Parlamento dos Jovens de iniciativas a desenvolver no presente ano, por ocasião da comemoração dos 25 anos do Programa Parlamento dos Jovens

4. Audição da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018 – 15h30 - Confirmada

5. Apreciação e votação de pareceres de Projetos de Lei

- 5.1. [Projeto de Lei n.º 80/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.
Deputada Relatora – Joaquina Matos - GP PS
- 5.2. [Projeto de Lei n.º 149/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Plano de intervenção para a construção, requalificação e modernização do edificado escolar
Deputada Relatora: Maria Gabriela Fonseca - GP PSD
- 5.3. [Projeto de Lei n.º 152/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior).
Deputado Relator: Nuno Fazenda – GP PS
- 5.4. [Projeto de Lei n.º 153/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Financiamento do Ensino Superior Público.
Deputada Relatora: Isabel Lopes – GP PSD
- 5.5. [Projeto de Lei n.º 154/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes.
Deputado Relator: Luís Monteiro - GP BE
- 5.6. [Projeto de Lei n.º 167/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Isenção de propinas em todos os ciclos de estudos do ensino superior para estudantes com deficiência.
Deputado Relator: Eduardo Barroco de Melo - GP PS

6. Aprovação de relatório final de petição

- 6.1. [Petição Nº 646/XIII/4.ª - Miguel Gonçalves](#) - Solicita à Assembleia da República a adoção de medidas para que todos os formandos dos cursos de treinador de futebol possam obter as certificações UEFA na Federação Portuguesa de Futebol e para não seja vedado indiscriminadamente o acesso ao Nível II, III e IV dos cursos de treinador de futebol.

✓ Subscritores: 1



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

✓ Sem Deputado relator

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

- ✓ **18 de fevereiro de 2020 (3.ª feira) – após o Plenário? (17h30) - Audição do MCTES** por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018
- ✓ **19 fevereiro de 2020 (4.ª feira) – 10:00?**
Audição da ABIC, por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018
Audição do Movimento 8%, por requerimento do GP do BE, sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV e da IL.

2. Aprovação das atas

A aprovação da ata da reunião de 3 de janeiro foi adiada.

As atas das reuniões da Comissão realizadas nos dias 14 e 17 de janeiro foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV e da IL.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Conferência sobre a presença de amianto no parque escolar

O Presidente da Comissão lembrou que está prevista no Plano de Atividades da Comissão, por proposta do BE, a realização de uma conferência de âmbito técnico científico, com convidados especialistas na matéria, sobre a presença de amianto no parque escolar e propôs que se fizesse um convite à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (11.ª Comissão), que tem vindo a acompanhar a temática do amianto nos organismos públicos, para se associar à realização da conferência, tendo a proposta merecido consenso.

Colocou depois à consideração a hipótese de a conferência ser realizada numa 4.ª feira de manhã, em abril ou maio e solicitou aos Grupos Parlamentares que apresentem, até 28 de fevereiro, em articulação com a 11.ª Comissão, propostas de programa, com formato e oradores.

3.2. Pedido de audiência da FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis

Na sequência do pedido de audiência da FNAJ, para partilhar perspetivas sobre o presente e futuro da Juventude e do Movimento Associativo Juvenil, foi consensualizado que a mesma seja realizada numa reunião da Comissão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

3.3. Pedido de audiência da APROFGEO – Associação de Professores de Geografia

Na sequência do pedido de audiência da APROFGEO, que entende que apenas os licenciados em Geografia têm formação científica para lecionar a disciplina de Geografia no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, na falta de docentes profissionalizados, foi consensualizado que a mesma seja realizada numa reunião da Comissão.

3.4. Pedido de audiência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Na sequência do pedido de audiência da Câmara em causa, para apresentação do Projeto Gaia 2024 – Candidatura a Capital Europeia da Juventude, foi consensualizado que a mesma seja realizada numa reunião da Comissão.

3.5. Definição das grelhas provisórias das audições regimentais (para além da 1.ª), a incluir no Regulamento da Comissão

Na anterior legislatura, as grelhas das audições regimentais na 8.ª Comissão incluíam uma intervenção inicial dos membros do Governo, com a duração de 10m, na 1.ª audição da sessão legislativa e não nas restantes (2.ª, 3.ª e 4.ª audições). Na atual legislatura estão a ser elaboradas grelhas das audições regimentais uniformizadas para todas as Comissões e até à sua aprovação as Comissões aprovam grelhas provisórias, que no caso da 8.ª Comissão ficam anexas ao respetivo Regulamento.

Tendo-se equacionado se as grelhas provisórias das audições regimentais na Comissão deviam incluir todas uma intervenção inicial do membro do Governo (como acontece noutras Comissões), foi consensualizado manter as grelhas da anterior legislatura, pelo que apenas na 1.ª audição da sessão legislativa haverá uma intervenção inicial do membro do Governo, com a duração de 10m (se a 1.ª audição for a do OE, terá uma grelha própria, com uma intervenção inicial do membro do Governo) e nas restantes (2.ª, 3.ª e 4.ª audições) a audição começa logo com a intervenção dos Grupos Parlamentares.

3.6. Falta de regulamentação do artigo 63.º do Estatuto da Carreira Docente

A professora Maria Rosária Ferreira da Silva Carrilho dirigiu uma comunicação à Comissão, contestando o facto de não lhe ser atribuído o prémio de desempenho previsto no artigo 63.º do Estatuto da Carreira Docente, não obstante reunir condições para o efeito, por o mesmo não estar regulamentado e defendendo que em alternativa lhe seja atribuído aquele que está previsto nos artigos 166.º e 167.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

Tendo-se equacionado se a Comissão deveria pedir ao Ministro da Educação que se pronunciasse sobre a comunicação ou se deveria distribuí-la aos Deputados da Comissão para desenvolverem as diligências que considerem adequadas, tendo em conta os poderes que lhes são atribuídos pelo Regimento da Assembleia da República, foi consensualizado distribuí-la aos Deputados.

3.7. [Petição n.º 640/XIII/4.ª](#), solicitam a abertura de 2 turmas do 5.º ano e 2 turmas do 7.º ano de escolaridade financiadas com contrato de associação, para o ano letivo de 2019/2020, para a [Escola Evaristo Nogueira](#), em Seia

A petição deu entrada em 21/6/2019, foi admitida em 16/7/2019 e transitou para a XIV Legislatura, tendo como relatora a Deputada Alexandra Tavares de Moura. Os peticionários foram convocados para se fazer a respetiva audição na reunião da Comissão do dia 7/1/2020 (suspensa devido aos trabalhos do Orçamento do Estado) e em 20/1/2020 vieram informar que continuam interessados na audição para a abertura de turmas de início de ciclo (5.º e 7.º anos), em contrato de associação, na Escola Evaristo Nogueira, mas para o ano letivo 2020/2021, solicitando que a petição vigore para essas turmas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Não obstante o pedido da petição seja parcialmente alterado, já que inicialmente respeitava a turmas para o ano letivo 2019/2020, foi deliberado aceitar a pretendida alteração do objeto da petição, tendo em conta o tempo que decorreu desde a apresentação da petição em junho de 2019, a retoma em novembro da sua apreciação e o facto de entretanto já se ter iniciado o ano letivo 2019/2020 e inviabilizado a abertura de turmas com contrato de associação neste ano.

Foi também deliberado marcar a audição dos peticionários e solicitar ao Ministro da Educação que remeta informação da Direção de Educação do Centro com elementos sobre a pretendida abertura de turmas para o 5.º e 7.º ano, para o ano letivo 2020-2021.

3.8. Baixa de iniciativas

3.8.1. [Projeto de Lei n.º 177/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, tornando mais eficaz o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a pessoas com deficiência e garantindo o acesso mais rápido a estes produtos

O Presidente informou que a iniciativa baixou à 10ª Comissão (CTSS), como Comissão competente, em 2020-01-09, em conexão com a 8.ª (CECJD) e 9.ª Comissões (CS), sendo distribuído ao PS para indicar Deputado relator (tendo o Coordenador do PS informado que o indicará posteriormente), para elaboração do contributo a enviar à 10.ª Comissão.

3.8.2. [Projeto de Resolução n.º 189/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que formalize a constituição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do sistema SAPA, garantindo a efetiva simplificação e desburocratização do processo de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência

Deu depois conta da baixa do Projeto de Resolução acima referido à 10ª Comissão (CTSS), como Comissão competente, em 2020-01-09, em conexão com a 8.ª (CECJD) e 9.ª Comissões (CS), e que se aguardaria que o PAN informasse se pretendia a discussão no Plenário ou na 10ª Comissão.

3.8.3. [Projeto de Lei n.º 190/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, “Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”

O Presidente da Comissão informou que o Projeto de Lei tinha baixado à Comissão em 4/2 e a sua discussão tinha sido agendada para a sessão plenária de 13 de fevereiro, conjuntamente com a [Petição n.º 614/XIII/4.ª](#) (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Nesta sequência propôs que se comunicasse ao PAR que a Comissão não elaboraria parecer sobre o Projeto de Lei, por manifesta falta de tempo, tendo a proposta merecido consenso.

3.8.4. [Projeto de Lei n.º 192/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

O Presidente informou depois que este Projeto de Lei tinha baixado à Comissão em 4/2 e a sua discussão tinha sido agendada para a sessão plenária de 13 de fevereiro, conjuntamente com a [Petição n.º 614/XIII/4.ª](#) (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Nesta sequência propôs que se comunicasse ao PAR que a Comissão não elaboraria parecer sobre o Projeto de Lei, por manifesta falta de tempo, tendo a proposta merecido consenso.

- 3.8.5. [Projeto de Resolução n.º 206/XIV/1.ª \(PAN\)](#)** - Recomenda ao Governo que 9 avalie e pondere a readoção de um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos públicos dos Ensinos Básico e Secundário

O Presidente informou ainda que também este Projeto de Resolução estava agendado para discussão na sessão plenária, conjuntamente com a [Petição n.º 614/XIII/4.ª](#).

- 3.8.6. [Projeto de Resolução n.º 207/XIV/1.ª \(PAN\)](#)** - Pela criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce

Prestou depois informação sobre a baixa deste Projeto de Resolução à Comissão, tendo a Deputada Bebiana Cunha (PAN) informado que pretendem a sua discussão na sessão plenária, junto com a [Petição n.º 616/XIII/4.ª](#) (FENPROF-Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce.

- 3.8.7. [Projeto de Resolução n.º 209/XIV/1.ª \(PAN\)](#)** - Pela criação de um regime de vinculação e integração na carreira dos docentes da área do teatro e criação do respetivo grupo de recrutamento

A Deputada Bebiana Cunha (PAN) informou também que pretendem a discussão do Projeto de Resolução n.º 209/XIV na sessão plenária, junto com a [Petição n.º 598/XIII/4.ª](#) (FENPROF - Federação Nacional dos Professores e APROTED - Associação de Professores de Teatro Educação) — Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento.

3.9. Reunião da Rede Global Parlamentar OCDE e NATO – Paris, 24-26 de fevereiro de 2020

O Presidente da Comissão informou que tinha sido recebido um convite para participação na reunião em epígrafe (enviado também à 6.ª e 11.ª Comissões), sendo distribuído ao PS para indicar um Deputado (já que é a 1.ª deslocação oficial da legislatura) e devendo a inscrição ser feita até 14/2.

3.10. Propostas da Coordenadora do Programa Parlamento dos Jovens de iniciativas a desenvolver no presente ano, por ocasião da comemoração dos 25 anos do Programa Parlamento dos Jovens

Por último, o Presidente informou que as propostas recebidas da Coordenadora do Programa Parlamento dos Jovens, respeitantes às atividades a desenvolver em 2020 no âmbito da comemoração dos 25 anos do Programa, tinham sido distribuídas ao GT Parlamento Jovens para apreciação, sendo depois sujeitas a aprovação pela Comissão.

Lembrou ainda que o GT Parlamento Jovens vai apresentar uma proposta para a sessão comemorativa dos 25 anos do Programa, atividade prevista no Plano de Atividades da Comissão.

4. Audição da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018 – 15h30

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), identificada na [página da audição](#) e lembrou a grelha de tempos das várias intervenções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

A Deputada Ana Mesquita (PCP) justificou o requerimento para audição da FCT, pediu mais dados sobre os resultados do concurso em causa, enfatizou que teve uma taxa de aprovação de 8%, que houve investigadores com currículos muito bons que não tiveram aprovação e pediu informação sobre a percentagem de candidatos que tiveram aprovação de mérito, referindo que houve 3631 candidatos e mais de 3000 não foram aprovados. Perguntou ainda se os candidatos não aprovados saíram dos centros de investigação onde estavam ou se ainda lá estão e neste caso em que regime se encontram.

A Presidente da FCT, em resumo, justificou os tempos do concurso, referindo que foram cerca de 8 meses, enfatizou os 3631 candidatos, os vários painéis avaliativos, com 350 avaliadores estrangeiros e defendeu que os tempos foram idênticos aos dos concursos congêneres a nível europeu. Referiu depois que o concurso foi aberto para 300 posições, os critérios de avaliação foram fixados no início e o maior número de candidaturas gera menor taxa de sucesso.

Intervieram depois os Deputados Bruno Aragão (PS), Isabel Maria Lopes (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiãna Cunha (PAN), João Cotrim Figueiredo (IL) e Ana Mesquita (PCP) que apresentaram várias questões e observações.

A Presidente da FCT respondeu às questões colocadas, referiu os vários tipos de financiamento a nível de emprego científico, as verbas envolvidas, que correspondem a 25% do orçamento da FCT, indicou que para se aumentarem as verbas respetivas terão de se fazer cortes noutras áreas e defendeu que o concurso tem atratividade internacional, sendo que concorreram vários investigadores estrangeiros, bem como investigadores portugueses que estão no estrangeiro. Informou ainda que a contratação dos investigadores é feita pelas instituições de acolhimento e não pela FCT e se tem verificado que há um tempo longo para a contratação, nuns casos a pedido das instituições e noutros dos próprios contratados.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) reiterou o pedido de informação sobre a situação dos candidatos excluídos e pediu uma resposta escrita da FCT, tendo a respetiva Presidente referido que enviará a respetiva informação e indicado que 15% dos candidatos serão abrangidos pela norma transitória.

O vídeo integral da reunião está disponível na [página da audição](#) e constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

5. Apreciação e votação de pareceres de Projetos de Lei

5.1. [Projeto de Lei n.º 80/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março

O parecer da iniciativa foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do PEV, registando-se a ausência do Deputado da IL.

5.2. [Projeto de Lei n.º 149/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Plano de intervenção para a construção, requalificação e modernização do edificado escolar

O parecer da iniciativa foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do PEV, registando-se a ausência do Deputado da IL.

5.3. [Projeto de Lei n.º 152/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)

O parecer da iniciativa foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do PAN e da IL.

**5.4. Projeto de Lei n.º 153/XIV/1.ª (PCP) - Financiamento do Ensino Superior Público.
Deputada Relatora: Isabel Lopes – GP PSD**

O parecer da iniciativa foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do PAN e da IL.

5.5. Projeto de Lei n.º 154/XIV/1.ª (PCP) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes.

Adiado a pedido do Deputado relator, Luís Monteiro (GP BE).

5.6. Projeto de Lei n.º 167/XIV/1.ª (BE) - Isenção de propinas em todos os ciclos de estudos do ensino superior para estudantes com deficiência.

O parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do PAN e da IL.

6. Aprovação de relatório final de petição

6.1. Petição Nº 646/XIII/4.ª - Miguel Gonçalves - Solicita à Assembleia da República a adoção de medidas para que todos os formandos dos cursos de treinador de futebol possam obter as certificações UEFA na Federação Portuguesa de Futebol e para não seja vedado indiscriminadamente o acesso ao Nível II, III e IV dos cursos de treinador de futebol.

O relatório final da petição (subscrita apenas por um cidadão) foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PEV, registando-se a ausência dos Deputados do PAN e da IL.

7. Outros assuntos

Foi deliberado perguntar ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior se tinha disponibilidade para a respetiva audição ser feita no dia 19/2, às 9h, seguindo-se as outras 2 audições referidas abaixo. Em caso negativo, a audição do Ministro terá lugar no dia 18/2, após o Plenário e as outras 2 no dia 19/2, às 10h e às 11h.

8. Data da próxima reunião

✓ **19 de fevereiro de 2020 (4.ª feira) – 09h00**

Audição do MCTES por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Audição da ABIC, por requerimento do GP do PCP, para dar esclarecimentos sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018

Audição do Movimento 8%, por requerimento do GP do BE, sobre os resultados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico – CEEC 2018

A reunião foi encerrada às 17:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2020.

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de de janeiro de 2020.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura
Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
António Cunha
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Carla Madureira
Carla Sousa
Cláudia André
Cristina Moreira
Firmino Marques
Joana Mortágua
João Cotrim de Figueiredo
Lúcia Araújo Silva
Luís Leite Ramos
Luís Monteiro
Maria da Graça Reis
Maria Gabriela Fonseca
Maria Joaquina Matos
Mariana Silva
Pedro Alves
Tiago Estevão Martins
Alexandra Vieira
Anabela Rodrigues
Eduardo Barroco de Melo
Isabel Lopes
Margarida Balseiro Lopes
Nuno Fazenda
Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Begonha
Porfírio Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: